

Superior Tribunal de Justiça

AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.485.816 - SC (2019/0112181-1)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
AGRAVANTE : E T P
ADVOGADOS : ANDRÉ MELLO FILHO - SC001240
RICARDO FAGUNDES - SC014066
MARCELO LUCIANO VIEIRA DE MELLO - SC014328
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
INTERES. : F M M
ADVOGADOS : LEOBERTO BAGGIO CAON - SC003300
LEONARDO PEREIRA DE OLIVEIRA PINTO - SC013001
GABRIEL HENRIQUE DA SILVA - SC022400
INTERES. : R B
ADVOGADO : JOÃO RICARDO DA SILVA - SC008022
INTERES. : F H
ADVOGADOS : CLAUDIO GASTÃO DA ROSA FILHO - SC009284
NICOLI MORE BERTOTTI - SC025052
MARINA CASAGRANDE CARIONI - SC050375
INTERES. : R S T
ADVOGADOS : IVAN GUERIOS CURI - PR007035
GABRIEL MEDEIROS REGNIER - PR041934

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CORRUPÇÃO ATIVA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. PROMESSA DE VANTAGEM INDEVIDA. DESCONSTITUIÇÃO DO JULGADO POR ATIPICIDADE DA CONDUTA. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA N. 7 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ. AGRADO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Conquanto o agravante, nas razões de apelação, tenha suscitado teses defensivas não apreciadas pelo Tribunal de origem, seria necessária a oposição de embargos de declaração de modo a provocar o pronunciamento dos temas, permanecendo o vício, caberia ao agravante arguir suposta ofensa ao disposto no art. 619 do Código de Processo Penal – CPP, de modo a acusar eventual negativa de prestação jurisdicional. Assim, torna-se inviável, no presente momento, a análise acerca da ilegalidade da interceptação telefônica pela *"ausência de fundamentação das decisões que deferiram as prorrogações"* e *"ausência da relação de chamadas efetuadas e recebidas"*, diante da ausência de prequestionamento. Incidência das Súmulas n. 282 e n. 356, ambas do Supremo Tribunal Federal – STF.

2. As instâncias ordinárias, com base no acervo probatório dos autos, concluíram que o agravante acordou com os pagamentos ilícitos solicitados, mesmo podendo resistir à proposta, caracterizando a promessa de vantagem indevida, a ser concretizada após a prática do ato de ofício,

Superior Tribunal de Justiça

como, de fato, ocorreu na espécie. Desconstituir o entendimento do Tribunal *a quo*, no sentido de que não restou caracterizada a conduta típica, seria necessário o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada pela Súmula n. 7/STJ.

3. Agravo regimental desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental.

Os Srs. Ministros Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE), Jorge Mussi e Reynaldo Soares da Fonseca votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Ribeiro Dantas.

Brasília, 21 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator